

ARTIGO

RORAIMA: TERRITÓRIO FEDERAL SOB O GOVERNO MILITAR. (1964 A 1985)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo mostrar algumas peculiaridades da atuação do Estado Militarizado (1964-1985) no atual estado de Roraima, em especial a diferença entre o processo de repressão desencadeado pelo regime militar em várias capitais do país e o comportamento da oposição no ex-Território Federal de Roraima. Em segundo lugar analisar, nesse contexto, a atuação do tenente coronel Helio Campos frente ao governo do atual estado de Roraima. O seu governo corresponde ao segundo governo militar no Território, que exerceu por dois mandatos (1967-1969 e 1970-1974), com intervalo de nove meses entre um mandato e outro, quando assumiu o governo o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970).

ABSTRACT: This article is aimed at showing some of the features regarding the Militarized State (1964-1985) in the current state of Roraima, especially the differences between the repression process triggered by the military regime in several capitals of Brazil and the behavior of the opposition in the extinct ex-territory federal of Roraima. Additionally, this paper is also aimed at trying to analyze the actions of the lieutenant coronel Helio Campos as the governor of the state at that time, corresponding to the second military government, which is divided into two mandates (1967-1969 and 1970-1974), with a nine-month interval when the major Walmor Leal Dalcin (1969-1970) governed.

¹ Especialista em História e professora da Rede Municipal de Boa Vista.

² Doutor em História. Professor Adjunto IV do Departamento de História da UFRR.

Nos últimos anos as telas dos cinemas brasileiros têm sido invadidas por uma avalanche de filmes cujo mote é a ditadura militar. Entre esses filmes, um dos mais recentes é “Batismo de Sangue”, baseado na obra do escritor Frei Beto, que vivenciou junto com frei Tito, os horrores desse período. Essas produções cinematográficas acabam levando as pessoas a pensar que a repressão ocorrida em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou em Porto Alegre pode ter sido uma imagem fiel do que ocorreu em todo o Brasil. A bem da verdade isso é mito, pois a repressão desencadeada do Chuí ao Caburaí teve diferenças expressivas nos diversos lugares onde, com maior ou menos rigor, ocorreu. Para se ter uma idéia, no atual estado de Roraima existem bairros e prédios públicos homenageando e enaltecendo o regime militar, assim como também escritores locais fazem referências elogiosas ao período que foi de 1964 a 1985.

Este artigo não tem o objetivo de discutir, neste exíguo espaço, os motivos que levaram os militares, boa parte deles nacionalistas, a derrubarem um governo democrático e constituírem uma ditadura militar, com o apoio da classe média e da burguesia nacional, mesmo porque já existe uma produção historiográfica que, ao nosso ver, já dá conta dessa tarefa.

Não podemos deixar de reafirmar, porém, que a abertura política vivida no Brasil de forma mais intensa no início da década de 1950, e que nos anos seguintes conseguiu atingir um grande número de pessoas precipitou o golpe de 1964. Assim uma pequena elite que até então havia conseguido garantir seus privilégios, sentiu-se ameaçada diante dessa abertura política e do futuro que se vislumbrava para o país, interromperam esse movimento apoiando os golpistas, acreditando com isso, manter seus privilégios.

O golpe de 1964 foi resultado da mentalidade retrógrada e reacionária dessa pequena elite aliada às Forças Armadas. Com isso o país passou a viver sobre uma Ditadura Militar que se baseava na Doutrina de Segurança Nacional, e desencadeou uma política firmada no controle social com a redução dos direitos constitucionais.

A população brasileira passou a viver sobre uma forte pressão psicológica e social: os expurgos, cassação, repressão, intervenção, tortura e mortes passaram a fazer parte do dia a dia de boa parte dos estados brasileiros. Inserido neste contexto, pensamos em revisitar a história do ex-Território Federal de Roraima, localizado no extremo norte brasileiro, isolado por terra do

restante do país até boa parte da década de 1970. Nosso objetivo é perceber como sua gente viveu e sentiu esse período.

Nos vinte primeiros anos de Território Federal podem ser considerados de estagnação política e econômica, já que, no campo demográfico houve um aumento da população com a migração, situação essa que vai se intensificar nos próximos dez anos sobre a Doutrina da Segurança Nacional³ que priorizou a Região Amazônica e suas fronteiras, principalmente, o Território Federal de Roraima que passou a receber toda uma infra-estrutura visando a Segurança Nacional.

Para concretizar essa ação, o Estado investiu na região com a instituição do Código Tributário Nacional. Dessa forma, o Território recebeu um forte controle e aporte financeiro e um maior controle do planejamento a execução final do projeto, independente de quem estivesse frente à administração; mais que um planejamento local, tratava-se de um plano federal.

Essa posição do governo estava respaldada na Constituição de 1967 em seu artigo 157, no qual, segundo Alves (1989, p.105-107), estava previsto que “(...) O Estado investirá em áreas essenciais à Segurança Nacional, em especial aquelas que não pudessem ser satisfatoriamente desenvolvidas pelas empresas privadas (...)” e no artigo 165 previa “(...) o investimento do Estado em setores de infra-estrutura que aumentariam os lucros do capital privado (nacional ou estrangeiro)”; essas disposições iam de encontro a situação em que se encontrava o Território Federal de Roraima e elas o beneficiaram substancialmente devido sua localização geográfica e a situação de isolamento em que se encontrava, dificultando dentro da visão estratégica de defesa as Manobras da Segurança Nacional, vista como prioridade no governo militar.

Mesmo sendo prioridade, esse objetivo só vai ser posto em prática no território a partir do segundo governo militar, de Costa e Silva, devido ao

3 Doutrina de Segurança Nacional: foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado dependente. Ela constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado dependente, que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.

Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que segundo Barros (1994, p. 25-26), inicia com uma forte contenção de gastos federais e arrocho salarial entre 1964 a 1967, passando depois entre 1967 a 1969 a uma “(...) liberação de crédito e ampliação de gastos estatais (...)”. Esse período ficou conhecido no país como o “milagre brasileiro”. Aqui no Território as ações desenvolvidas neste período foram atribuídas, por uma historiografia conservadora,⁴ à sorte e aos bons relacionamentos do governo local com o poder central, sendo apenas obra de um homem: “Coronel Hélio da Costa Campos”.

O seu governo corresponde ao segundo governo militar no Ex- território e exerceu por dois períodos (1967-1969) e (1970-1974), com intervalo de nove meses quando assume o governo o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970). Assim, o primeiro governo tenente-coronel Dilermando Cunha da Rocha (1964-1967), assume no período de contenção de gastos e com poucos recursos, consegue então, construir entre outras obras a ponte de madeira sobre o Rio Cauamé. Já o tenente-coronel Hélio da Costa Campos teve sob sua responsabilidade a promoção de uma série de obras de infra-estrutura no Território.

Essa infra-estrutura que se firmou no Território de 1967 a 1974, foi resultado de um projeto maior do governo federal, que para fomentar esse desenvolvimento na Amazônia de forma conjuntural, criou por meio de Decreto-lei 61.330 de 11 de setembro de 1967, um Grupo de Trabalho para desenvolver Projetos de Integração da Amazônia, sob a coordenação do Ministério do Interior, onde coloca toda a força e o poder do Estado, como: Ministérios, Secretarias, Conselhos, enfim, era um esforço concentrado de todos os órgãos e entidades federais ou a ele vinculados a serviço da Amazônia para impor um ritmo mais acelerado à mesma⁵ Inserido neste contexto, o Território Federal de

4 FREITAS, Aimerê. Geografia e história de Roraima. Manaus: Ed. Grafima, 1986.

5 Grupo de Trabalho para Desenvolver Projetos de Integração da Amazônia: Desse grupo de trabalho participavam sob a coordenação do Ministério do Interior: “Ministério do Interior; Ministério do Planejamento; Conselho de Segurança Nacional; Estado-Maior das Forças Armadas; Ministério da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Ministério das comunicações, da Saúde, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Fazenda e das Relações exteriores; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco da Amazônia S. A. (BASA)”.

Roraima conseguiu não só fomentar sua infra-estrutura, mas sim, concretizá-la de forma efetiva. O governo local, como participante desse grupo, era também responsável pelas ações efetivadas no território, emitindo opiniões e sugestões consideradas relevantes para a Segurança Nacional como parte de um programa maior do governo federal, que não poupou esforços para concretizá-lo.

Além do apoio com pessoal e recursos, o governo federal estendeu a isenção fiscal por meio do Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, a Amazônia Ocidental, na qual o Território estava incluído, aliviando os custos da alimentação e de outras mercadorias necessárias ao desenvolvimento da região. Com esse decreto houve uma redução de preços e, por conseguinte, do custo de vida nesta fronteira.

O governo federal não ficou só na ajuda, ele também determinava em que locais da Região Amazônica seriam investidos os recursos, e por meio do Decreto-Lei nº 63.104 de 15 de agosto de 1968, prioriza na Região Amazônica a ocupação e povoamento nas áreas em que deveria ser exercido o maior esforço: “(...) os espaços vazios e as áreas de fronteiras como prioridades máximas.” Essa visão marcadamente ideológica e geopolítica do governo federal, resultou tanto num maior apoio financeiro como pessoal, além de um maior controle sobre a administração territorial, sobre a qual mantinha uma maior vigilância. Em 1969 o Território Federal de Roraima recebeu a visita do Presidente da República o Marechal Artur da Costa e Silva, e sua comitiva para inauguração do Palácio 31 de Março, ocasião em que o tenente-coronel Hélio da Costa Campos pode mostrar as inúmeras obras que estavam em andamento. A população participou da festa e via enfim, inaugurado o palácio cuja construção teve início em 1957.

Situação bem diferente ocorria agora, o planejamento e a execução das obras como exigência prevista no Orçamento Programa eram acompanhadas pelo governo federal, estava acima do poder local. Pelo Decreto-Lei nº. 411 de 8 de janeiro de 1969 amplia os recursos do Território e dispõe sobre a administração dos Territórios Federais e a organização dos seus municípios, com isso, o território recebeu maior autonomia, mas continuou vinculado ao Ministério do Interior.

Este decreto previa em seu artigo 2º “- A União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos: I - desenvolvimento econômico, social político e administrativo, visando a criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado”; com esse objetivo o Território Federal de Roraima recebeu inúmeras obras de infra-estrutura e investiu fortemente no povoamento de acordo com as determinações superiores. Por conseguinte, as ações eram acertadas no Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia, conforme previa o decreto acima, e os recursos eram agilizados pelo Ministério do Interior, dando maior rapidez as construções. (Boletim Oficial nº 4, p.13, 1969)

Com inúmeras obras em andamento, conforme se observa no Boletim Oficial, a situação em 1969 no Território era bem diferente, as companhias de água (CAER), de energia (CER) e de telecomunicação (TELAIMA) já estavam em processo adiantado de funcionamento, saiu a autorização para constituir o Banco de Roraima e a energia passa a ser oferecida 24 horas na cidade.

A atenção do Governo Federal volta-se para a fronteira mais uma vez, delegando por meio de decreto nº. 63.951 de 6 de janeiro de 1969, ao Território o controle das entradas e saídas de todas as aeronaves no território nacional, este decreto não foi atendido por motivos técnicos do aeroporto local, mas serviu como estímulo para a construção urgente do Aeroporto Internacional de Boa Vista no ano seguinte.

O Governo Federal continuou investindo e acompanhando muito de perto a administração do Território, e neste mesmo ano o tenente coronel Hélio da Costa Campos deixa o governo e assume o major aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970), dando continuidade a todos os projetos deixados por seu antecessor, inclusive, assinando convênios já firmados, e na esfera administrativa fez a troca de prefeitos de Boa Vista e Caracaraí e dos secretários de governo, nomeando seu genro prefeito da capital e sua filha diretora do Serviço de Informações no Palácio 31 de Março, numa clara atuação de nepotismo tão usual em nossos dias. Contudo, a forma truculenta que dispensou a sua política não agradou à população local, precipitando seu pedido de exoneração em menos de um ano de governo.

Com o retorno do coronel Hélio da Costa Campos em março de 1970, há uma continuidade da infra-estrutura na capital, aliando a ela a construção de

estradas e das grandes pontes de concreto armado que vão revolucionar a situação territorial no sentido de viabilizar a comunicação e o comércio.

Neste período, era grande o número de técnicos do Ministério do Interior na cidade, e de grandes empreiteiras estruturando empresas como a estruturação das Companhias de água, luz, telefonia, construindo Câmara dos Vereadores, Bancos oficiais, enfim, o governo federal estava presente em tudo que estava sendo construído dando apoio direto, inclusive com pessoal; não era só na transferência de recurso.

Esse ritmo acelerado na infra-estrutura em direção das fronteiras deixava claro o objetivo maior, facilitar as manobras militares em relação a “Segurança Nacional” e em segundo lugar incentivar a migração. Essas duas expressões estiveram sempre presentes no discurso ideológico do governo e que agora estava em fase de concretização.

Em 1973 Boa Vista apresenta um aspecto muito diferente do que era há dez anos, ruas asfaltadas, Bancos da Amazônia e do Brasil se instalando na cidade, Transporte coletivo também para o interior, a primeira ponte de concreto sobre o Rio Mucajaí inaugurada, acrescente-se a essas mudanças o aumento significativo da população, que na década de 1960 era de 28.304, passando para 40.885 em 1970. (Fonte: IBGE/ censo demográfico de 1960 e 1970).

Com o aumento da população cresceram as dificuldades na compra de alimentos, o que fez aumentar o contrabando da Guiana Inglesa e da Venezuela que, especialmente em época de seca do Rio Branco, era quem abastecia a cidade. Isolada do resto do país, Boa Vista via nos países vizinhos a saída para seu abastecimento, por isso, no governo do coronel Hélio da Costa Campos amenizou a fiscalização dos produtos importados, enquanto os outros governos que o antecederam promoveram uma forte repressão.

O entusiasmo não ficava só por conta dos roraimenses; em visita à cidade o presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara Federal, Deputado Alípio de Carvalho, falou a um jornal local “(...) Ficamos vivamente entusiasmados e satisfeitos (...). A administração do governador Hélio da Costa Campos é verdadeiramente digna de elogios, diante do que aqui vimos, ouvimos e sentimos, (...)” (Jornal Boa Vista, Boa Vista, 20 out. 1973, p.1).

Na inauguração da ponte sobre o Rio Mucajaí a primeira de uma série, o Ministro do Interior José Costa Cavalcante reforça o discurso liberal que acompanhou todo o projeto da ditadura e afirma: "(...) Devemos nos juntar com a iniciativa privada, pois tudo que se fez é para permitir que o empresariado grande ou pequeno tenha condições para exercer suas atividades, vale ressaltar que, quem cria realmente a riqueza, quem promove o desenvolvimento é a iniciativa privada. Nós apenas preparamos a infraestrutura (...)" (Jornal Boa Vista, Boa Vista, 18 dez. 1973, p.4)

Com tantas ações promovidas pelo governo militar no Território Federal de Roraima, ficou no inconsciente quase coletivo dos moradores do ex-Território o fato do governo militar aqui no território ter sido benéfico. Mas, as informações dão conta de uma outra realidade, basta observar alguns depoimentos de vida, onde fica bem clara a forma autoritária, repressiva e abusiva que os mesmos dispensaram em maior ou em menor grau a população.

No dia 14 de abril de 1974, o governador coronel Hélio Campos, passa o governo do território ao coronel aviador Fernando Ramos Pereira. Sua saída foi marcada por muitas homenagens, e o Jornal Boa Vista, criado e idealizado por ele em 1973 como instrumento de propaganda política, registrou todos os acontecimentos, reforçando sua política liberal.

Na edição do dia 14 ressaltaram as condições do território em 1967 e a que ele estava deixando em 1974, juntamente com as inúmeras mudanças ocorridas, atribuindo a infra-estrutura como resultado do esforço do governador local com a participação do ministro José Costa Cavalcante, ignorando a matéria que a estruturação dos territórios era um projeto nacional, que desejava efetivar com urgência a comunicação e o acesso a região, para facilitar as manobras da segurança nacional, importantíssima na visão geopolítica dos militares.

O CONTROLE POLÍTICO-SOCIAL: COOPTAÇÃO, INTIMIDAÇÃO E REPRESSÃO.

O primeiro governador do Território, representante desse grupo de coalizão que tomou o poder de Estado no Brasil, foi o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha, que chegou ao território em 6 de julho de 1964. No entanto, as repercussões políticas do Estado Militarizado no território de

Roraima antevêm ao seu governo; as primeiras medidas de arbítrio impetradas no Território Federal de Roraima deram-se no governo de Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, como veremos a seguir. (Boletim Oficial nº37, p.148/1964).

No dia 4 de maio de 1964, por meio do decreto 23, o governador senhor Francisco de Assis A. Peixoto cria a Comissão Territorial de Investigação de Atividades Subversivas de Funcionários. Essa comissão tinha o objetivo de apurar, por meio de “Investigação Sumária” quaisquer tentativas contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública praticada por servidores territoriais, federais e municipais, de qualquer categoria ou condição acusada ou suspeita.

Em decorrência dessa legislação os controles e limitações foram impostos, bem como os corretivos a serem aplicados previstos. No entanto, eles os extrapolaram e em conseqüência, como aconteceu no resto do Brasil, tiveram um impacto muito negativo junto à população. A “Operação Limpeza” começou entre os funcionários do serviço público ou a ele vinculado, contudo, os resultados das primeiras investigações só vão sair no governo do Tenente Coronel Dilermando Cunha da Rocha.

No seu discurso de despedida e passagem de cargo para o Tenente Coronel Dilermando Cunha da Rocha, o governador Francisco de Assis Albuquerque Peixoto não economizou nos elogios ao mesmo, e ao falar aos servidores proferiu: “(...) Dita-nos a consciência, repetir, jamais em quaisquer de nossas decisões, tenhamos praticado um ato sequer menos justo, ou destituído de outros interesses senão os do bem estar de cada um dos que aqui trabalham.”(FREITAS, 1993,p.154).

O seu discurso estava coerente com o proferido pela junta militar ao tomar o poder, prometendo restabelecer a ordem democrática e logo em seguida, instituindo o Ato Institucional nº. 01; aqui o discurso veio reforçar a distancia entre o que se fala e se faz. Assim, a sociedade roraimense atribui à repressão militar ao seu sucessor uma vez que, ele instalou o primeiro mecanismo de repressão no território e passou o cargo adiante com a “consciência do dever cumprido”.

Os poderes concedidos ao poder executivo por meio do Ato Institucional nº 1 foram abrangentes; podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva (militares), alcançando

Dessa forma no governo do tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha começam os primeiros expurgos na burocracia do Território, demitindo o prefeito da capital Mozart Cavalcanti e o de Caracaraí João Reis Brandão, ambos acusados por malversação do dinheiro público e o cometimento de crime de peculato, tendo prisão administrativa decretada. (Boletim Oficial nº. 40 p.160; 59 p.223/1964 e 48 p.247; 59 p.365/1965).

Devido à falta de um Arquivo Público em nosso Estado, os processos, bem como os demais documentos referentes a esse período, não foram encontrados, não sendo possível apreciar a substância do mesmo. Para a grande maioria da sociedade roraimense, porém, esse foi um ato de puro abuso de poder e o ato mais violento desse governo.

Nos anos de 1964 a 1967, período em que o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha esteve frente ao poder, um grande número de processos foram abertos, e as punições aplicadas. Elas iam desde uma advertência publicada no Boletim Oficial do ex-Território, até a demissão a bem do serviço público. A situação ainda mais absurda ocorreu com o professor Newton Campos⁶ no governo do coronel aviador Fernando Ramos Pereira e com o Dr. Sandoval Ávila, no governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos: ambos foram expulsos, impedidos de continuar em Roraima.

Neste período, os que não eram funcionário do governo passaram a ser controlada por meio de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), originados por denúncia dos membros da Comissão Territorial de Investigação de Atividades Subversivas de Funcionários, por policiais e pelo próprio governador que, principalmente na época de campanha política mandava prender qualquer cidadão, sem nenhum motivo justificável.

No período de 1964 a 1968, o poder judiciário, que tinha o Dr. Sandoval Ávila como juiz das Comarcas de Boa Vista e Caracaraí, via-se abarrotado com pedidos de habeas corpus, inclusive preventivos, devido ameaças dirigidas a população; desempenhando um papel relevante em defesa da justiça.

6 Newton Campos: Chegou ao Território Federal de Roraima no ano de 1972, como militar do 2º Batalhão de Fronteira-(2º BEC), iniciou no magistério como voluntario dando aulas de Língua Portuguesa, fez curso de capacitação pelo Projeto Rondon e após dar baixa como militar ingressou no magistério como professor contratado pelo Território.

O judiciário contestava constantemente as prisões arbitrárias impetradas pelo governo e pela polícia, considerando os processos nulos, mandando soltar o cidadão encarcerado, principalmente quando a prisão era efetuada pelos membros da Comissão de Investigação de Atividade Subversiva do Território. Em seu entendimento “(...) não compete o militar da 9ª Companhia de Fronteira efetuar prisão de civil sem ordem escrita da autoridade judiciária competente e enfatiza que o fato sob aspecto formal é nulo e irrita (...)”. (Boletim Oficial nº 57 p.356, 58 p.362, 122 p.666/1965).

Como podemos observar, essa situação conflituosa ocorreu no período em que o Dr. Sandoval Ávila era o único juiz de direito da Comarca, no final do governo do tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha. Ele mesmo passou por uma investigação sumária desaparecendo seus pronunciamentos do Boletim Oficial. Como nos demais processos, não tivemos acesso nem sabemos o resultado do mesmo, contudo, podemos afirmar por meio das entrevistas que já no governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos ele tentou se estabelecer novamente no Território, sendo obrigado pelo governador a sair do Território no mesmo avião que chegou.

Por outro lado, o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo como presidente Bernardino Dias de Souza Cruz⁷ e João Ipujucan Pinto Souto Maior⁸, não ignorava o perigo que era enfrentar o poder executivo, e desta forma, se mantiveram dentro dos limites permitidos, para garantir a militância consentida. Eles próprios sabiam que qualquer movimento capaz de enfurecer seria um desastre em suas vidas.

Mesmo admitindo essa situação, é o próprio senhor João Ipujucan Pinto Souto Maior, ex-membro do MDB, quem afirma que o partido político e as questões ideológicas no território não sofreram qualquer tipo de repressão por parte do governo, muito pelo contrário, e descreve a seguinte situação:

7 Bernadino Dias de Souza Cruz: Conhecido pelo nome de Gaúcho Dias, foi Presidente do Partido Social Democrata (PSD) no início da década de 1960, depois da instalação do bipartidarismo passou a presidir o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com o senhor João Ipujucan P.S. Maior.

8 João Ipujucan Pinto Souto Maior, nascido em Roraima, iniciou sua militância política como líder estudantil, foi funcionário público, presidente do MDB e advogado provisionado no Território Federal de Roraima nas décadas de 1960 e 1970.

[...] Aqui no território não houve repressão nenhuma, fomos chamados só uma vez no início da Ditadura Militar [...] depois mandou um militar deixá-los em casa de carro [...] eles não levavam muito em conta a ideologia política não, eles não perseguiram politicamente ninguém, mesmo o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha que era um governo muito temperamental, agia por impulso, porém nunca perseguiu alguém por essa questão ideológica nos éramos poucos e totalmente dependente do governo federal, do contra-cheque da União [...] não houve aqui no Território aquela caça as bruxas que víamos acontecer fora do território [...] A turma que fazia oposição ao governo, o MDB não era perseguida ela era até preferida com relação a promoção [...]. (JOÃO IPUJUCAN PINTO SOUTO MAIOR. Entrevista em 28.11.2007).

Podemos observar que o único partido de oposição consentida o (MDB), mantinha-se dentro dos limites permitidos pelo governo para desenvolver sua militância política, sem desafiar em enfrentar o poder; esse “bom” relacionamento era retribuído com não perseguição e promoções funcionais e é o próprio João IPujucan que confirma também essa situação:

“(...) O governador me recebeu no gabinete e depois de tecer alguns comentários sobre o meu trabalho frente à União Roraimense dos Estudantes Secundaristas (URES), disse que não ia me atrapalhar não, (...) chamou a diretora do pessoal dona Clotilde e perguntou se havia alguma função gratificada (...) mandou que batesse uma portaria me nomeando (...), ela disse que eu não poderia ocupar aquela função, isso irritou o governador que olhou para ela e perguntou: Eu lhe perguntei alguma coisa? Ela respondeu que estava apenas fazendo a obrigação dela esclarecendo o que previa a legislação vigente, ele não deu a mínima e mandou fazer a portaria e eu passei a receber uma gratificação do governo neste tempo. Neste sentido eu te digo o poder do governador era realmente incontestável e autoritário (...)”.(JOÃO IPUJUCAN P.S. MAIOR. Entrevista em 28.11.2007).

Mais que uma forma de gratificar, essa era uma forma de cooptar e intimidar, deixando claro ao militante político que seu poder estava acima da própria lei, como ressaltamos acima, sua vontade era respeitada e suas ordens obedecidas sem questionamentos; assim ele demonstrava de forma clara a suposta oposição, o poder e a força que tinha no governo desencorajando qualquer possibilidade de enfrentamento dos mesmos, inclusive dando uma função gratificada a um integrante do movimento estudantil: coisa inédita para o período.

Neste período, os funcionários públicos comuns sofriam uma grande pressão política devido sua dependência do governo, este ainda era mais duro nesta época de eleição, segundo João Ipujucan: “(...) A pressão política no período de eleição era muito grande, o governador escolhia o seu candidato e impunha o seu nome aos funcionários públicos, poucos tinham coragem para dizer não ao governador (...)” (Entrevista com Ipujucan 23 outubro de 2010).

Segundo João Ipujucan, no ano de 1965 ocorreram as eleições para Deputado Federal no Território, a oposição fazia uma campanha dentro dos limites, não atacando o governo de forma muito forte porque temiam as conseqüências. No entanto, chegou as mãos do locutor da rádio Roraima, que era do Partido Social Democrático (PSD), uma crônica política enviada por um ilustre colaborador do MDB lida na rádio local com adjetivos nada edificantes para os candidatos do governo e a ele próprio, classificando-os assim: “(...) o bossal (candidato a Deputado Federal), o ignorante (Vice) e a obscenidade fardada (o governador), essa crônica levou o locutor a cadeia e por pouco eu e o Gaúcho Dias também não fomos parar lá na cadeia (...)”⁹

Como podemos observar parecia ser essa uma expressão de coragem da oposição ao desqualificar a pessoa do governador e de seus candidatos, que na mesma hora foi “chamada” pelo governador para dar explicação e por pouco não foram parar na delegacia de polícia, que também agia com um forte controle sobre a população, prendendo por qualquer motivo e até sem, quando a ordem vinha do governador.

9 João Ipujucan P. S. Maior (Entrevista concedida a Sônia Sueli Soares de Souza em 28/11/2007).

Embora negada por muitos, podemos observar que a repressão deu-se mais fortemente no período em que o tenente coronel Dilermando Cunha da Rocha esteve frente ao governo; houve, ainda, uma verdadeira guerra contra o contrabando e os contraventores; o perigo eminente devido à falta de gêneros alimentícios e a dificuldade de acesso dos produtos nacionais não sensibilizou o governo. Por outro lado, a repressão não conseguiu acabar com o contrabando.

Os produtos que chegavam à cidade pela fronteira da República Cooperativa da Guiana e da Venezuela eram os mais variados: legítimo Whisky Escocês, cigarros americanos, vitrola japonesa, cerveja holandesa, motocicletas, bicicletas, gêneros alimentícios dos mais variados, enfim, a cidade era abastecida com produtos importados de boa qualidade de muitos países. (Boletim Oficial nº16, p.68/1967)

Em meio a essa política repressiva e com escassez de alimentos na cidade, assume o governo do Território Federal de Roraima em abril de 1967, o tenente coronel Hélio da Costa Campos (1967-1969), conhecedor do território e de suas necessidades, antes mesmo de assumir o governo recebeu recomendações do governo federal sobre o contrabando na fronteira e a necessidade de uma ação efetiva no combate a essa ação criminosa, e por meio do Decreto-nº61.337 de 12.09.67º. O governo Federal cria a Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC) no país, contudo, este decreto não surtiu muito efeito no governo de Helio Campos. Segundo Adalberto Penteadó Duarte. O tenente Adalberto Penteadó Duarte¹⁰ a situação era realmente difícil:

“(...) quando eu vim para cá minha função principal era combater o contrabando, mas ao chegarmos à situação que se apresentava era a pior possível, acabar com o contrabando era colocar em risco a vida da população que praticamente sobrevivia

10 O tenente Adalberto Penteadó Duarte pertencia ao grupo de pára-quedismo das Forças Armadas e era funcionário do Serviço Nacional de Informação; chegou em Roraima em 1967 pouco antes do tenente coronel Hélio da Costa Campos; foi Diretor do Serviço da Administração, Secretário Geral Substituto, Diretor do Serviço de Segurança e Informação, entre outros, no período de 1967 a 1974.

dos produtos importados, (...). Essa situação foi relatada as autoridades federais em Brasília e veio de lá a ordem para manear na fiscalização sem se descuidar da fronteira brasileira, por isso o coronel deixou a coisa correr (...)" (Adalberto Penteado Duarte. Entrevista em 14.12.2006)

O governo militarizado via a fronteira como uma área frágil que necessitava de fiscalização e um controle mais efetivo na entrada não só de produtos, mas de pessoas também, porque poderia colocar em risco seu programa de Segurança Nacional e Desenvolvimento, embora essa visão não tivesse nenhuma base real. Já a população de Boa Vista estava preocupada com a falta de gêneros alimentícios, e buscava nos países próximos o seu abastecimento, tendo em vista as dificuldades para adquirirem produtos nacionais, e embora fosse uma contravenção penal, tornou-se para alguns, uma fonte de renda na área urbana.

O comércio ilegal movimentava a economia do Território, e os próprios militares utilizavam-se desse comércio para atender suas necessidades, a insegurança de quem praticava esse comércio era uma constante, contudo, ele em maior ou em menor grau vai persistir no território, até que a comunicação terrestre seja estabelecida, com a construção de estradas e pontes ligando o território a capital mais próxima, e o estabelecimento de colônias agrícolas que de forma incipiente, passaram a contribuir com o abastecimento da cidade.

A política praticada pelo governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, não foi diferente dos demais com relação aos inquéritos administrativos dos funcionários, eles eram abertos sempre que havia alguma irregularidade, deixando a vida privada de seus servidores a cargo da polícia. Apesar disso, o rigor militar que norteava a vida política e social no território foi amenizado, desaparecendo do Boletim Oficial o grande número de apreensão de mercadorias contrabandeadas.

Tudo leva a crer que em virtude desta calma, no início de 1968, o tenente coronel Hélio da Costa Campos recebe por meio do Decreto nº. 3 de 9 de janeiro, do prefeito municipal de Boa Vista, o título de cidadão boavistense, em agradecimento pela forma como o mesmo estava conduzindo o governo, dentro dos "padrões morais e administrativos". Essa atitude do prefeito pode ter tido apoio de parte da sociedade roraimense que estava assustada com o

ritmo das perseguições e as intimidações no primeiro governo militar. (Boletim Oficial nº2 p.2/1968)

Ao que tudo indica, com menos de um ano de administração o governo conquistou a simpatia da sociedade roraimense, que se sentia mais à vontade; no entanto, essa opinião não era unânime, ele não agradou a todos, principalmente, aqueles que desejavam continuar com os poderes que conquistaram junto ao primeiro governo. Um Oficial do Exército Nacional, Carmélio Moreira Maia, no dia 14 de maio de 1968, foi chamado pelo governador ao palácio 31 de Março, teve uma desavença com o mesmo por falar mal do governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, foi preso, processado e solto depois de pouco mais de um ano. (Boletim Oficial nº34, p.143; 37, p.154/1968. 36, p.150/1969)

Esse é um dos sinais que nos levam a observar que o governo militar localmente não admitia oposição, todos eram obrigados a concordar, independente da situação, caso contrário a prisão era o destino certo. No entanto, sua política baseou-se na cooptação e intimidação, fazendo pouco uso das medidas coercitivas fortes, conseguindo assim, conquistar o apoio popular e político dentro e fora do território. Obviamente essa situação foi favorecida pelo aumento nos recursos recebidos, fazendo surgir uma cidade mais estruturada.

A sociedade, ao que tudo indica, viu algumas realizações concretizadas diante dos olhos e não deu importância, ou não percebeu, o forte controle político, por isso, ele desenvolveu um governo quase sem oposição, sendo este um governo tranquilo, comparado com a forte repressão no restante do Brasil. Na memória coletiva ficou sendo bem visto e respeitado pela maioria da sociedade, que só conseguiu ver as coisas boas de seu governo, esquecendo as demais.

O aparato repressivo, porém, esteve presente em Roraima. Para integrar a rede de espionagem que se instalou no país ele criou por meio do Decreto nº6 de 16 de julho de 1968, o Serviço Nacional de Segurança e Informação (SNI), órgão ligado diretamente ao governo local, responsável pela fiscalização e envio de informações que saíam do território para Brasília,

sendo este um órgão complementar da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior (DSI/MI). Com a implantação desse sistema de informação, ele se insere no sistema nacional, como parte integrante do mesmo. Todos os serviços, informações e pessoal estavam subordinados diretamente ao governador, sendo este o poder maior e o responsável pelas informações que deveriam ser encaminhadas a divisão superior. (Boletim Oficial nº. p.223-224/1968)

Conseguimos entrevistar o senhor Adalberto Penteado Duarte, que trabalhou neste órgão e conta como funcionava: “(...) ele funcionava no Palácio do Governo e eu era o diretor do Serviço de Informações durante o governo do tenente coronel Hélio da Costa Campos, todas as informações chegavam a mim e eram repassadas ao governador, ele é que repassava. (...) a seleção das informações para mandar ou não ficava a cargo do governador (...). A maior parte das informações que saiam daqui eram solicitadas pelo SNI e o que fazíamos era atender o pedido, eram informações a respeito do comportamento político do grupo de oposição. (...) era João IPujucan e Gaúcho Dias (...)”.

Como podemos observar o SNI, funcionava no território da mesma forma e com os mesmos objetivos dos demais órgãos de espionagem do governo Federal, o grande diferencial foi o comportamento da oposição consentida, os militantes do MDB que pouco questionavam e ainda obtinham alguns privilégios do governo local em detrimento dos outros funcionários comuns.

Podemos comprovar o que estamos dizendo, observando o que aconteceu no governo do Major Aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970), este assumiu o governo em junho e não conseguiu manter a mesma postura do anterior, passou a intimidar e após alguns meses de governo, tudo leva a crer que pediu demissão em virtude de uma denúncia feita ao Governo Federal pela oposição, sendo este também, um feito inédito no país, uma denúncia da oposição merecer crédito a ponto de influenciar a saída de um governador da situação, como mostraremos adiante.

O seu governo foi tumultuado e ele deu ao Boletim Oficial status de Jornal porque seus decretos, notas e determinações visavam atingir a todos e

não só funcionários; vejamos um pequeno exemplo de seus rompantes: “[...] Que se acautelem os maus brasileiros os “Produtores do nada” os fomentadores da calúnia e os da cisão de poderes públicos, pois estamos trabalhando arduamente para dar melhores dias ao povo de Roraima e não as pessoas castas e seus vícios que vivem DO Território e não PARA o Território (...)”; e em outra nota adverte os servidores: “O governo adverte sobre o uso de carros oficiais e chama atenção dos funcionários usuários e proíbe terminantemente nessas viaturas: 1- Excesso de lotação e de velocidade; 2- Proíbe o transporte de pessoas em trajes sumários ou de banho, de reputação ou moral duvidosa, alcoolizada, em algazarra, enfim em atitude atentaria a moral e decoro público [...]”. (Boletim Oficial nº. 36, p.147; 48, p.193/1969)

Diante disso não é difícil imaginar a situação da sociedade roraimense, mas principalmente dos funcionários públicos que seriam obrigados a conviver muito de perto com o governador. A pressão, o medo e o terror criado pelo governo por meio de suas notas no Boletim Oficial aliado a uma administração truculenta, onde procurava mostrar a população uma política moralizadora, acabou não agradando e precipitando a sua saída do Território em menos de um ano de governo, em fevereiro de 1970.

Em março o coronel Hélio da Costa Campos (1970-1974), reassume o governo do Território e este volta à calma, os inquéritos policiais são reduzidos drasticamente e desaparecem também as notas no Boletim Oficial, a sociedade volta à normalidade.

Não podemos ignorar que a repressão no Território Federal de Roraima foi um instrumento de controle político social que se estendeu por toda a sociedade, indiscriminadamente, desde a criação do Território; e estar na oposição sempre foi motivo de demissão, transferência para o interior, impossibilitar de comercializar com o governo e até mesmo exclusão do território, e quando ainda assim não conseguia o seu objetivo o governo procurava atingir outra pessoa da família, para intimidar a oposição, conseguindo assim, impor o seu candidato.

Newton Tavares¹¹ esclarece que: “(...) essa forma de conduzir a política territorial não foi muito diferente no tempo do governo civil, (...) a oposição tinha que ser feita com muita cautela, caso contrário, a saída do território por ‘livre vontade’ era a única solução possível, não estar com o governo era não ter condições de sobreviver, [...]”.

Em meio a essa situação conflituosa e de pressão psicológica e social, a grande maioria dos entrevistados e outros que não quiseram gravar entrevista, fizeram questão de reafirmar que não houve repressão política no Território e fazem questão de ressaltar os benefícios que o governo militarizado deixou no Território Federal de Roraima.

CORONEL HÉLIO DA COSTA CAMPOS: ESTRATÉGIAS E CONQUISTAS.

O coronel Hélio da Costa Campos, era carioca nascido em Vila Isabel (1921-1991), pertencia à aeronáutica onde fez carreira como Oficial da Força Aérea Brasileira, conquistando o posto de Coronel Aviador (piloto) em 1969, passando a Oficial Superior da Aeronáutica. Como oficial militar participou de vários cursos de aperfeiçoamento ministrado pelo Estado Maior das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra (ESG.).

A sua última missão foi governar o Território Federal de Roraima por dois períodos (1967-1969 e 1970-1974), ingressando assim na carreira política partidária pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passando a disputar a única vaga para Deputado Federal no Congresso Nacional. Elegeu-se de 1974 a 1982 e depois em 1991 conseguiu por uma maioria absoluta uma cadeira de Senador, ganhando um mandato de oito anos.

O tenente coronel Hélio da Costa Campos foi nomeado no momento em que o governo federal ampliava o crédito e os gastos estatais, período em que o Estado assume o papel central, responsabilizando-se diretamente pela integração das diferentes regiões, principalmente o interior; no caso da Amazônia, especificamente o Território Federal de Roraima.

¹¹ Newton Tavares trabalhava na iniciativa privada no ramo de transporte aéreo, fluvial e terrestre na cidade desde 1943; em 1945 foi eleito prefeito do município de Boa Vista e em 1970 assume a presidência da Câmara Municipal por um período de dois anos, concluindo seu mandato como vereador em 1972.

Para aclarar o que estamos dizendo vamos recorrer a entrevista do senhor Francisco das Chagas Duarte¹² : “(...) Quando o Coronel Hélio da CostaCampos assumiu o governo pela segunda vez encontrou o comércio local em crise, dada a pouca circulação de dinheiro e o pouco poder de compra da população. Com vista a minimizar os efeitos da crise, o governo alavancou o comércio local com compras e serviços unicamente em Boa Vista (...). Considerando a pecuária a maior riqueza econômica do Território, importou duas mil matrizes e oitenta reprodutores da raça Zebu, Nelore e distribuiu para a melhoria do rebanho roraimense (...), que foram adquiridos e pagos pelos criadores no prazo de um ano (...). De sobra, ainda fundou o late Clube de Boa Vista (...)”.

A estratégia usada pelo governador atendia as necessidades de uma boa parte da população, se colocando como salvador usando recursos federais. A sociedade roraimense vai aos poucos sendo conquistada, ofuscada pelo processo de infra-estrutura que estava se potencializando em melhoria da qualidade de vida da população.

Todos os seguimentos sociais foram cooptados, a autora desse artigo¹³ lembra que a chegada de ônibus urbanos na cidade foi uma festa, ela tinha apenas dez anos e fazia a terceira série, na Escola Presidente Costa e Silva, recém inaugurada. Nesta ocasião, o governo proporcionou a todos os estudantes do Território um passeio, uma visita às novas construções; a distância entre elas eram enormes e as edificações também eram grandes e se destacavam em meio ao lavrado.

O governo mandava um ônibus pegar os alunos nas escolas e levava todos para frente do Palácio 31 de Março e de lá, seguiam em direção as novas construções; dentro dos ônibus era só alegria, íamos e voltávamos cantando músicas ufanistas, mas, para nós crianças pouco importava, misturávamos marchinha de carnaval a outras músicas e só parávamos de cantar quando chegávamos as escolas, ao chegar os professores reforçavam a importância e

12 Francisco das Chagas Duarte é natural de Roraima, filho do senhor Aquilino da Mota Duarte ex-prefeito do Município de Boa Vista. Trabalhava no governo do território desde 1964, foi tesoureiro, secretário geral substituto, gerente da SUNAB, diretor da administração geral, diretor de planejamento e elaboração Orçamentária, secretário de finanças e, em 1973, passou a administrar a casa dos estudantes em Belém.¹³ Trata-se da primeira autora desse artigo, Sonia Suely Soares de Souza.

¹³ Trata-se da primeira autora desse artigo, Sonia Suely Soares de Souza.

os benefícios que essas obras trariam para o futuro do Território. Essa estratégia é utilizada na sua maioria em tempos de governos autoritários, cujo objetivo é utilizar-se dos aparelhos ideológicos do Estado para autopromoção e até mesmo difundir nas escolas a consciência do “pequeno cidadão” e a importância do novo regime.

As condições do Território mudavam a cada dia, e o governador continuava a sua política paternalista. As famílias fragilizadas eram socorridas com doação de cestas básicas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA); no final do ano as crianças recebiam brinquedos importados, que o governo comprava nos países vizinhos, e com a chegada do Banco Nacional de Habitação, muitos funcionários e profissionais liberais puderam adquirir sua casa própria.

Diante disso não é difícil entender como a população roraimense se envolveu e participou deste governo. Neste período o poder político na cidade centrava-se na figura do governador, ele indicava o prefeito, enquanto a Câmara de Vereadores era eletiva, mas o embate político ficava dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tinha apenas um representante e não se envolvia muito no embate parlamentar.

Como pudemos observar os vereadores eram controlados pelo poder executivo, tanto pelo prefeito quanto pelo governador. E é o governado dessa vez que vai usar o seu poder para calar os opositores de seu governo. No final de 1972 as contas do prefeito da capital foram para aprovação e o senhor Ubirajara Riz Rodrigues, vereador,¹⁴ não queria aprovar, por algumas irregularidades na prestação de contas, por isso, foi chamado ao Palácio 31 de Março e lá o governador tentou convencê-lo do contrário. Sabendo que ia sair perdendo manteve seu voto contra. Em resposta a sua decisão, o vereador passou a ser ignorado por algumas personalidades políticas, sendo colocando a margem da sociedade, até que o governador voltasse às boas com ele.

Embora tenha passado por algumas situações inconvenientes na época, é o próprio Ubirajara R. Rodrigues que justifica tal atitude do governador e seus correligionários: “(...) Veja bem, o Hélio da Costa Campos era um homem

¹⁴ Ubirajara Riz Rodrigues, roraimense, nascido em 1944, formado em administração de empresa, vereador de 1970 a 1972, com escritório de contabilidade em Boa Vista.

bom, muito preocupado com os amigos dele, ele fez tudo isso para defender um amigo militar, se as contas não fossem aprovadas ele seria prejudicado (...). Para ele era perfeitamente justificável que o governador defendesse não só os interesses do Território, mas de seus amigos também em detrimento de outros, premiava e punia quem não aceitasse seus “conselhos”.

Nos depoimentos e nas conversas mantidas com antigos moradores do ex-território eles vêem esses anos de vida pública do governador, depois deputado federal, mantendo a mesma personalidade e caráter, e é o senhor Adalberto Penteado Duarte que resume a imagem que ficou para a maioria dos roraimenses: “(...) O Coronel Hélio da Costa Campos era de uma integridade e um enorme escrúpulo como nunca se viu, ele não aceitava nada, não pedia, brigava com quem insinuava alguma coisa neste sentido e ainda condenava quem fazia essa pratica. (...) por duas vezes deram coisas a ele sem que ele sequer desconfiasse, mas nas duas vezes ele mandou devolver (...). Coisas desse tipo é que faz com que muita gente sinta admiração e respeito por ele.”

E mesmo antes de sair do governo do Território Federal de Roraima, o coronel Hélio da Costa Campos começa a receber homenagens e agradecimentos da sociedade local, e na transmissão do cargo de governador para o coronel Fernando Ramos Pereira, no dia 24 de abril de 1974, em meio à autoridade local e nacional, agradeceu a todos que contribuíram na edificação das bases dessa nova Unidade da Federação, reverenciando o Estado Militarizado de 1964, que para os militares continuava sendo a revolução. Reforçou que aqui no Território em seu governo houve o exercício pleno dos três poderes da República, atuando conforme prevê a Constituição Brasileira.

A ideologia do “Brasil potência” propagandeada pelo país afora com lançamento de projetos de impacto, aqui, em Roraima foi visto por meio das grandes obras públicas, como estradas e pontes de concreto, estampadas nas manchetes do jornal criado pelo governador em 1973, levando sua autopropaganda ao povo, registrando tudo que era de seu interesse.

Essa ainda é uma pequena contribuição sobre o golpe de 64 e seus desdobramentos no ex-Território Federal de Roraima, que foca em pontos importantes capazes de abrir espaço para outras pesquisas.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS:

BOA VISTA. Decreto n.3, de 9 de janeiro de 1968. Concede em agradecimento ao tenente coronel Hélio da Costa Campos o Título de Cidadão de Boa Vista. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.2, p.2, 1968.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 16, p.97, 37, p.154, 53, p.223, 58, p.248/1968, 10, p.39, 13, p.51/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 40, p.160, 59, p.223/1964, 48, p.247, 59, p.365/1965.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 57, p.356, 58, p.362, 61, p.1(Suplemento), 103, p.564, 122, p.666/1965.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 16, p.68/1967.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 34, p.143, 37, p.154/1968, 36, p.150/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 2, p.2, 5, p.20, 23, p.97, 26, p.109, 37, p.154, 39, p.161, 45, p.184/1968.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 36, p.147/1969.

BOLETIM Oficial. Boa Vista n. 4, p.13/ 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 56.790, 26 de agosto de 1965. Institui normas para a programação financeira de exercício de 1966. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.106, p.1(Suplemento), 1965.

BRASIL. Decreto n. 63.104, de 15 de agosto de 1968. Dispõe sobre a política do Governo Federal relativa à efetiva ocupação e povoamento orientado da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras, e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.61, p.261, 1968.

BRASIL. Decreto-Lei n.356, de 15 de agosto de 1968. Estende benefícios do Decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.61, p.261, 1968.

BRASIL. Decreto n.63.951, de 6 de janeiro de 1969. Disciplina a entrada e saída e o trânsito de aeronaves civis no território brasileiro. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.5, p.19, 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 411, de 8 de janeiro de 1969. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.4, p.13-17, 1969.

RORAIMA. Decreto n. 7, de 26 de julho de 1968. Cria o Serviço de Segurança e Informação (SSI). Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.53, p.223-224, 1968.

ENTREVISTAS

CAMPOS, Newton. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 31 out. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

MARTINS, J. A. M. O governo no Território Federal de Roraima de sua criação ao militar (1944-1974). Boa Vista, 30 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

DUARTE, A. P. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 14 dez. 2006. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

DUARTE, F. das C. O governo militar no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 23 out. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

MAIOR, J. P. P. O governo militar e a oposição (MDB) no Território Federal de Roraima (1964-1974). Boa Vista, 28 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

RODRIGUES, U. Riz. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 04 mar. 2008. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

TAVARES, Newton. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 22 nov. 2007. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

BENTO, B. da S. O governo militar e o poder legislativo municipal no Território Federal de Roraima (1970-1974). Boa Vista, 07 mar. 2008. Entrevista concedida a Sônia Suely Soares de Souza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M^a Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BRENNER, Eliana de M.; JESUS, Darlena M. N. Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Projeto de Pesquisa, Monografia e Artigo. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.
- FREITAS, Luiz Aimerê Soares de. A história política e administrativa de Roraima: de 1943 a 1985. 1ª Edição. Manaus: Editora: Umberto Calderaro Ltda, 1993.
- IBGE - Censo demográfico de 1960 e 1870.
- JORNAL Boa Vista. Boa Vista, 13 out. 1973. p. 3-4.
- JORNAL Boa Vista. Boa Vista, 20 nov. 1973. p. 2.
- Jornal Boa Vista. Classe conservadora homenageia o governador Hélio da Costa Campos. Boa Vista, 5 fev. 1974 p.4.
- Jornal Boa Vista. Hélio é o homem, a consagração de uma obra – vitoriosa - da revolução. Boa Vista, 10 nov. 1974. p.3.
- Jornal Boa Vista. Inaugurada a ponte do Mucajai, não é somente ter a ponte ou ter a estrada, o que queremos é uma coletividade econômica. Boa Vista, 18 dez. 1973. p.4.
- Jornal Boa Vista. Obra do governo Hélio da Costa Campos entusiasma a Comissão de Segurança Nacional., Boa Vista, 20 out. 1973. p.1.
- Jornal Boa Vista. Valorização do homem foi meta das mais perseguidas. Boa Vista, 29 abr. 1974. p.4.
- Jornal Boa Vista. Vice-presidente da república em Boa Vista, as exposições - um raio X do governo e comando militar. Boa Vista, 17 ago. 1974. p.2.
- Revista Diretrizes. O ESTADO. Boa Vista, n.2, p. jan./fev.1991.
- Revista Diretrizes. OS CONSTITUINTES. Boa Vista, n.3, p. mar./ abr. 1991.
- RORAIMA. Decreto n.21, de 22 de novembro de 1972. Cria o setor de revenda, subordinado a secretaria de economia agrícola e colonização para revenda de aparelhos, máquinas e instrumentos agrícolas e implementos como adubos inseticidas etc. Lex: Boletim Oficial. Boa Vista, n.62, p.326, 1972.
- RORAIMA. Decreto n.6, de 1 de julho de 1969. Cria novo horário e aumenta a carga horária dos servidores públicos. Lex: Boletim Oficial, Boa Vista, n.40, p.165, 1969.
- SILVA, Ângela M^a. Moreira. Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico-Científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT. 1ª Edição. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.